



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

PROTOCOLO SIC [REDACTED]

SECRETARIA: Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

DECISÃO OGE/LAI n.º 190/2016

1. Trata o presente expediente de pedido formulado à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação, número SIC em epígrafe, de resolução referente a reajuste proposto pelo Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas - CRUESP.
2. Em resposta, foi indicado *link* para consulta das decisões do CRUESP. Em recurso hierárquico, adicionalmente informou que teria solicitado uma cópia do documento requerido, localizado em edifício atualmente ocupado por manifestantes, razão pela qual não saberia precisar o tempo necessário para obtenção da cópia solicitada. Insatisfeito, o interessado apresentou recurso cabível a esta Ouvidoria Geral, conforme atribuição estipulada pelo artigo 32 do Decreto nº 61.175/2015.
3. Infere-se das respostas ofertadas não haver negativa de acesso à informação. Se é verdade que no endereço eletrônico indicado pela Pasta não consta a resolução requerida – ainda que estejam disponíveis as conclusões alcançadas nas reuniões do Conselho, bem como os respectivos áudios – cumpre registrar que o órgão não indeferiu o pedido de acesso à resolução, mas registrou a impossibilidade circunstancial de atendimento do pedido por razões que escapam ao controle dele (ocupação do edifício por manifestantes), comprometendo-se, não obstante, a encaminhar a cópia tão logo seja possível.
4. Nesse contexto, cumpre realçar que a Lei nº 12.527/2011 determina, no artigo 11, a concessão imediata da informação *disponível*, o que não se verifica no caso em apreço. Ademais, atendeu-se à disposição legal segundo a qual, ante a impossibilidade de franquear acesso imediato, devem ser informadas as razões de fato para tanto (art. 11, §1º, inc. II).
5. Ante o exposto, não se verifica presente hipótese de imotivada negativa de acesso à informação, razão pela qual **conheço do recurso** para, no mérito, **negar-lhe provimento**, com fundamento no artigo 11, caput e §1º, da Lei nº 12.527/2011, ausentes as hipóteses recursais previstas no artigo 20 do Decreto nº 58.052/2012,



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

estando assegurado o direito do interessado de ter acesso à resolução solicitada tão logo se encontre disponível.

6. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, dando ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

OGE, 22 de junho de 2016.


GUSTAVO UNGARO
OUVIDOR GERAL DO ESTADO